

## O ENSINO MÉDIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO – PERCURSOS EM CONSTRUÇÃO

Essa escola sonhada por Paulo tinha a intenção de ir além do dever (...) de garantir o conhecimento da ciência, da filosofia ou das artes. O objetivo da escola paulistana pública (...) se centrou, mas sem a impor, na essência da teoria de Paulo, que tem suas bases na crença no outro/a e no respeito e tolerância com os diferentes. Na sua compreensão ético-político-antropológica de uma epistemologia crítico-educativo-conscientizadora, que, em última instância, tem como ponto central a humanização de todos e todas, independentemente de classe social, idade, gênero, orientação sexual, local de nascimento ou moradia. Centrou-se na dignificação das gentes, corporificação da humanização verdadeira. (Nita Freire)

Nos últimos anos, o olhar sobre os estudantes e o papel da educação passou por uma transformação profunda, alinhada às ideias de Paulo Freire, que enfatizava a importância de considerar o educando como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Antes vistos como receptores passivos de informações, os estudantes são agora reconhecidos como imbuídos de saberes prévios que enriquecem o ambiente escolar. Essa mudança reflete a compreensão de que a aprendizagem deve ser um processo dialógico, em que professores e estudantes constroem conhecimentos juntos, com o professor assumindo o papel de mediador e incentivador da curiosidade investigativa dos jovens.

Essa perspectiva renovada influenciou diretamente a reforma do ensino médio conduzida pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC). A reestruturação busca atender às demandas contemporâneas, promovendo a formação integral dos jovens por meio de metodologias que conectam os conteúdos escolares à vida prática e às aspirações dos estudantes. Com isso, o novo ensino médio valoriza a autonomia e o protagonismo juvenil, incentivando os jovens a construir seus projetos de vida de maneira consciente e alinhada às transformações sociais e profissionais do século XXI.

A trajetória de adequação do Ensino Médio da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) à nova legislação federal perpassa por mudanças significativas, influenciadas tanto pelas exigências legais quanto pelos movimentos sociais protagonizados por jovens estudantes. Esse processo reflete a criticidade dos estudantes da RME-SP, que, atentos às desigualdades e desafios do cenário atual, reivindicam condições de igualdade no acesso a oportunidades. Além de promover a autonomia e o protagonismo juvenil, as mudanças buscam atender aos anseios de uma juventude que exige equidade e que enxerga na educação um instrumento fundamental para alcançar seus objetivos e transformar a realidade social.

## O Novo Ensino Médio – primeiros passos

A partir da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a LDB, foi proposta uma nova organização curricular para o Ensino Médio em todo o país. A legislação estabeleceu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos, divididos por áreas de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias, e Linguagens e suas Tecnologias. Essas mudanças buscam articular melhor os conhecimentos escolares às demandas sociais e profissionais emergentes em uma sociedade em constante transformação.

Na RME-SP, o processo de implementação do Novo Ensino Médio teve início em 2020. Uma etapa fundamental foi a aprovação, em dezembro de 2019, da matriz de transição para as primeiras turmas, conforme estabelecido pelo Parecer SME/CME nº 17/19. Nesse mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) formou Grupos de Trabalho para elaborar o primeiro documento curricular municipal voltado para essa etapa de ensino. Apesar das dificuldades impostas pelo isolamento social causado pela pandemia de COVID-19, os trabalhos avançaram e os documentos foram finalizados.

Entre 2020 e 2021, a implementação ocorreu de forma gradual. A Resolução CME nº 02/2021 e o Parecer SME/CME nº 06/2021 consolidaram as novas matrizes curriculares, enquanto as Unidades de Percurso (UP) que compõem os Itinerários Formativos foram desenvolvidas em um processo colaborativo envolvendo os docentes e posteriormente as matrizes das UP foram publicadas pelo Comunicado SME nº 898, de 17 de novembro de 2022. A RME-SP priorizou a construção de currículos flexíveis, que não fossem prescritivos, garantindo aos professores a liberdade para adequar os conteúdos às especificidades de suas áreas e formações.

Em outubro de 2021, os estudantes puderam escolher as Unidades de Percurso, marcando o ano de 2022 como o início efetivo da implementação do Novo Ensino Médio na Rede municipal. Um dos desafios enfrentados foi a preocupação dos estudantes em relação à perda de conteúdos essenciais para o ingresso no Ensino Superior. A SME-SP buscou esclarecer e minimizar essas dúvidas, promovendo formações que demonstraram como os Itinerários podem abordar conteúdos relevantes em consonância com as competências exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A RME-SP priorizou a construção de currículos flexíveis, que não fossem prescritivos, garantindo aos professores a liberdade para adequar os conteúdos

A participação dos estudantes demonstrou o impacto dos movimentos estudantis na redefinição das políticas educacionais, reforçando a importância do diálogo para atender às demandas da juventude.

Reconhecendo a importância de ouvir os jovens, a SME-SP organizou, em setembro de 2022, o Seminário do Ensino Médio, reunindo cerca de 250 estudantes. Esse evento permitiu que os jovens expressassem suas opiniões e críticas, influenciando diretamente as melhorias realizadas nas escolas em 2023. A participação dos estudantes demonstrou o impacto dos movimentos estudantis na redefinição das políticas educacionais, reforçando a importância do diálogo para atender às demandas da juventude.

Assim, a partir de 2023, novas políticas foram implementadas pela SME-SP nas escolas municipais de ensino médio, com o intuito de aprimorar as práticas e favorecer os processos: a IN SME nº 55, de 30 de dezembro de 2022, que autorizou a nomeação de uma terceira pessoa para a Coordenação Pedagógica, específica para atuação no ensino médio, e a IN nº 36, de 07 de dezembro de 2023, que instituiu a exclusividade de atuação do professor no ensino médio, a garantia de ingresso em JEIF aos professores com aulas atribuídas nessa etapa, e a docência colaborativa dos professores em JEIF sem regência. Essas iniciativas favorecem o processo de formação continuada e o planejamento coletivo por área de conhecimento, que são de extrema importância para o desenvolvimento de uma perspectiva interdisciplinar nas práticas pedagógicas do Ensino Médio.

Fruto de estudo e reflexões coletivas durante os encontros do Grupo de Trabalho da Frente de Articulação do Ensino Médio no ano de 2023, composto pelas equipes técnicas do Ensino Médio da SME/DIEFEM e das DREs/DIPEDs em conjunto com supervisores, foi publicada, em 21 de março de 2024, a Instrução Normativa SME nº 10, que reorganizou o Ensino Médio na RME-SP. Nela, são evidenciados pontos importantes, como a reestruturação curricular e o alinhamento do currículo às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a formação continuada dos professores para atuarem como mediadores do conhecimento e facilitadores do processo de aprendizagem ativa e os mecanismos de avaliação e monitoramento contínuos para assegurar a qualidade do ensino e a efetividade das mudanças propostas.

Com o intuito de aprimorar o processo de escolha dos estudantes, a SME-SP implementou, em junho de 2024, o projeto “Juventudes e Suas Escolhas”, que teve como objetivo institucionalizar a divulgação das Unidades de Curso que compõem os Itinerários Formativos de Aprofundamento e os cursos técnicos que compõem os Itinerários de Formação Técnica e Profissional. Parte do projeto foi a elaboração de uma revista dos Itinerários Formativos, em que foram reunidos os principais dados e informações importantes das Unidades de Curso e dos cursos de formação técnica profissional, como os componentes curriculares que as compõem, as possibilidades de carreira e sugestões para continuidade dos estudos em nível superior. Dessa maneira, todos os estudantes puderam conhecer um pouco mais sobre cada possibilidade de escolha, oportunizando, assim, uma escolha mais consciente e assertiva.



Outro movimento que foi bastante significativo para a Rede foi a reestruturação e a ampliação de oferta do Curso Normal de Nível Médio (antigo Magistério), aprovadas pelas Recomendações SME/CME nº 1 e nº 2, ambas de 31 de agosto de 2023. O curso, que se mantinha em pleno funcionamento na EMEFM Prof. Derville Allegretti desde sua criação, em 1982, passou por uma atualização para se adequar ao Itinerário V – Formação Técnica e Profissional – do Novo Ensino Médio, e teve a sua nova matriz publicada pelo Parecer SME/CME nº 6, de 30 de janeiro de 2024, estruturada em período integral a ser cumprida durante os três anos do Ensino Médio.

### Novo de novo? – Novas perspectivas em contexto

A mudança de governo em âmbito federal trouxe novas perspectivas às bases educacionais e, buscando atender a críticas ao modelo anterior, o Governo Federal publicou, em 31 de julho de 2024, a Lei nº 14.945, que trouxe novas mudanças ao modelo de Ensino Médio que se encontrava em processo de implementação. Essas mudanças visam reduzir a evasão escolar, promover uma formação integral, equitativa e inclusiva, ampliar as oportunidades de aprendizagem e tornar o ensino mais atrativo e relevante aos estudantes no contexto atual da sociedade.

A nova Lei continua possibilitando que os estudantes escolham áreas de aprofundamento conforme seus interesses e aspirações, nas áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ou a Formação Técnica e Profissional. Porém, exige que a formação contemple o aprofundamento em um itinerário formativo, que pode ser composto por uma área de conhecimento ou por áreas integradas.

Entre as principais alterações, destaca-se o aumento da carga horária destinada à Formação Geral Básica (FGB), que passa de 1.800 para 2.400 horas ao longo dos três anos do Ensino Médio. Essa medida possibilita a reinserção de disciplinas fundamentais, como História, Química e Sociologia, que haviam perdido espaço com a reforma anterior. Outra novidade é a redução da carga horária mínima dos Itinerários Formativos, que passa a ser de 600 horas, podendo ser ampliada para 1.200 horas no caso de cursos técnicos.

Ainda em 2024, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 02, de 13 de novembro de 2024, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), estabelecendo orientações fundamentais para a organização curricular dessa etapa de ensino. A resolução enfatiza a importância do desenvolvimento integral dos estudantes no Ensino Médio, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais, visando à formação de cidadãos críticos e participativos; destaca a importância de relacionar os conteúdos teóricos com práticas que reflitam o contexto social e cultural dos estudantes, promovendo a aplicação do conhecimento em situações reais para o exercício pleno da cidadania, integrando conhecimentos que favoreçam a compreensão dos processos produtivos e a participação social; reforça a necessidade de considerar as diversidades étnico-raciais, culturais, regionais e de gênero, assegurando uma educação inclusiva que

respeite as especificidades de cada estudante; incentiva a incorporação de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, promovendo a cultura digital e o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso crítico e responsável dessas ferramentas; sublinha a importância da formação continuada dos docentes, visando à atualização pedagógica e ao aprimoramento das práticas educativas em consonância com as novas diretrizes.

As transformações promovidas pelo Novo Ensino Médio não apenas reconfiguram o processo educativo, mas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais para o futuro, como autonomia, protagonismo e capacidade de articular conhecimentos com os desafios do mundo contemporâneo. Ao promover uma educação mais conectada às necessidades sociais e profissionais, a RME-SP fortalece a construção de uma escola que prepara os jovens para a realização de seus projetos de vida e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

### A estrutura do Ensino Médio – matrizes em transição

Em atendimento à referida Lei, o Conselho Municipal de Educação (CME) de São Paulo publicou o Parecer SME/CME nº20, de setembro de 2024, com a ampliação da carga horária da Formação Geral Básica (FGB), adequando a matriz curricular da 1ª série às novas exigências federais. Sendo assim, a implementação das mudanças na Rede Municipal de Ensino será gradual, começando em 2025 para os estudantes da primeira série do Ensino Médio, chegando à segunda série em 2026 e à terceira em 2027.

Cotidianamente, isso significa ter estudantes de séries diferentes vivenciando duas matrizes curriculares de maneira concomitante e, conseqüentemente, ter professores lidando com as duas realidades. Dessa maneira, as equipes gestoras precisarão lidar com diferentes necessidades formativas e diferentes formas de organizar a gestão de tempos e espaços.

A perspectiva para o ano de 2025 é que sejam publicadas as matrizes curriculares da FGB de 2ª e 3ª série, além da reestruturação dos Itinerários de Aprofundamento, de acordo com os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento, a serem publicados até 31 de março de 2025, segundo consta na Resolução CNE/CEB nº 02, de 13 de novembro de 2024

Ao promover uma educação mais conectada às necessidades sociais e profissionais, a RME-SP fortalece a construção de uma escola que prepara os jovens para a realização de seus projetos de vida e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Nesse sentido, neste ano de 2025, as possibilidades de escolha para as 1<sup>as</sup> e 2<sup>as</sup> séries serão diferentes, haja vista que as 2<sup>as</sup> séries de 2025 cursaram, em 2024, a matriz da 1<sup>a</sup> série presente no Parecer SME/CME nº 17, de 11 de setembro de 2023, e darão continuidade, em 2025, à matriz da 2<sup>a</sup> série da FGB presente no Anexo II do Parecer SME/CME nº 6, de 09 de setembro de 2021, e à matriz das Unidades de Percurso presente no Comunicado SME nº 898, de 17 de novembro de 2022, assim como as 3<sup>as</sup> séries de 2025. Em relação ao Curso Normal, a matriz a ser seguida em 2025 para as 2<sup>as</sup> séries e em 2026 para as 3<sup>as</sup> séries é a presente no Parecer SME/CME nº 6, de 30 de janeiro de 2024, exceto a 2<sup>a</sup> série do Curso Normal da EMEBS Helen Keller, que, em 2025, deve seguir a matriz presente no Anexo IV do Parecer SME/CME nº 20, de 09 de setembro de 2024.

Já para as escolhas das 1<sup>as</sup> séries de 2025, que irão cursar a matriz da FGB presente no Parecer SME/CME nº 20, de setembro de 2024, devem ser publicadas, até maio de 2025, novas matrizes dos Itinerários Formativos de Aprofundamento e dos Itinerários de Formação Técnica e Profissional, inclusive do Curso Normal de Nível Médio, além das matrizes da FGB de 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> séries, adequadas à nova legislação federal.

A tabela da página a seguir demonstra os percursos dos estudantes de cada série em cada ano, de acordo com as respectivas matrizes curriculares que devem ser seguidas:

		Percurso dos estudantes, de acordo com as Matrizes a serem seguidas em cada série					
		2023	2024	2025	2026	2027	
1ª série	FGB	Parecer SME/CME nº6/2021	Parecer SME/CME nº17/2023	Parecer SME/CME nº20/2024	*Novas matrizes a serem publicadas até maio/2025	*Em 2027, todas as séries deverão estar com as matrizes atualizadas para atender à Lei Federal 14.945/2024	
2ª série	FGB		Parecer SME/CME nº6/2021	Parecer SME/CME nº6/2021			
	Aprof.		Comunicado SME nº 898/22	Comunicado SME nº 898/22			
	Normal			Parecer SME/CME nº16/2023			Parecer SME/CME nº6/2024
							EMEBS - Parecer SME/CME nº20/2024
	Técnico			Parecer SME/CME nº11/2021			Parecer SME/CME nº11/2021
				Integradas – Comunicado SME nº 898/22			Integradas – Comunicado SME nº 898/22
	Qualif. Prof.			Parecer SME/CME nº10/2021			Parecer SME/CME nº10/2021
				Integradas – Comunicado SME nº 898/22			Integradas – Comunicado SME nº 898/22
3ª série	FGB			Parecer SME/CME nº6/2021			Parecer SME/CME nº6/2021
	Aprof.			Comunicado SME nº 898/22			Comunicado SME nº 898/22
	Normal			Parecer SME/CME nº6/2024			Parecer SME/CME nº6/2024 (inclusive EMEBS)
	Técnico			Parecer SME/CME nº11/2021			Parecer SME/CME nº11/2021
				Integradas – Comunicado SME nº 898/22			Integradas – Comunicado SME nº 898/22
	Qualif. Prof.			Parecer SME/CME nº10/2021	Parecer SME/CME nº10/2021		
				Integradas – Comunicado SME nº 898/22	Integradas – Comunicado SME nº 898/22		

# DESAFIOS E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS

No Ensino Médio, temos como desafios:

- A reorganização de nossos tempos, espaços e ambientes escolares, concebendo diferentes mecanismos para colocar em prática os objetos de conhecimento, objetivos de aprendizagem, de forma hierarquizada, organizada e distribuídos nos diversos tempos e espaços de cada escola, mas não apenas naqueles já legitimados (salas de aula, quadra, laboratório, sala de leitura, sala de informática etc.);
- A proposição de modalidades de trabalho que permitam a criação de estratégias diferenciadas de ensino, que podem ser concebíveis, por exemplo, por meio dos Itinerários e Percursos;
- Articulação entre as áreas do conhecimento e a educação profissional, garantindo a formação integral dos estudantes. Acompanhamento individualizado dos estudantes em parceria com as famílias. Oferta de AEE e acessibilidade de materiais didáticos para garantir o acesso às atividades na promoção do conhecimento;
- Conceber e gerir novos arranjos grupais, temporais e dos espaços – o que implica questionarmos: todos os estudantes precisam ficar o tempo todo nas mesmas classes, na mesma quantidade de tempo-relógio, com os mesmos colegas?
- Esses apontamentos são essenciais e dependem do apoio dos colegiados escolares, da gestão democrática e do trabalho coletivo. Sem isso, não há como organizar tempos, espaços e ambientes propícios aos novos arranjos que são necessários para implementar um novo currículo. Tais arranjos convidam, por sua vez, reflexões no plano didático, que serão propostas na publicação das Orientações didáticas e outros aportes de apoio ao trabalho pedagógico no Ensino Médio.

FONTE: COPED, DOCUMENTO DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA, 2024